

## THE CONTRIBUTIONS OF BUSINESS INCUBATORS FOR ECONOMIC DEVELOPMENT IN BRAZIL

## AS CONTRIBUIÇÕES DAS INCUBADORAS DE EMPRESAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

**Neila Conceição Viana Da Cunha**

*Department of Administration - Federal University of São Carlos  
Rodovia João Leme dos Santos (SP-264), Km 110  
Bairro do Itinga – Sorocaba-SP – Brazil - CEP: 18052-780  
[neila@ufscar.br](mailto:neila@ufscar.br)*

**Marcos Roberto Mesquita**

*Anhanguera Educational - Indaiatuba and Valinhos Unit,  
Rua Voluntário João dos Santos, 52 - Jd. Pau Preto - Indaiatuba – SP – Brazil – CEP: 13330-230  
[marcosrmesquita@uol.com.br](mailto:marcosrmesquita@uol.com.br)*

**Daniel Haddad Perdão**

*Product Trainee at Riachuelo  
[dan\\_peha@hotmail.com](mailto:dan_peha@hotmail.com)*

### RESUMO

*O artigo apresenta um ensaio teórico com base na literatura sobre inovação, empreendedorismo e incubadoras de empresas que mostra, pela perspectiva de diferentes autores, que existe uma relação entre estes conceitos quando se busca a promoção do desenvolvimento econômico. A abordagem destes temas passa pela necessária cooperação entre universidade e empresas para que os conhecimentos desenvolvidos na universidade cheguem de fato ao mercado. O artigo tem por objetivo abordar como as incubadoras de empresas, podem alavancar o desenvolvimento econômico no Brasil. O estudo é do tipo exploratório e de caráter qualitativo. Foram utilizados dados secundários a partir do Relatório Técnico da ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimento Inovadores - e do MCT&I – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Como resultados, o artigo mostra que é possível a geração de emprego e renda, bem como desenvolvimento econômico através do estímulo a criação de incubadoras de empresas.*

**Palavras-chave:** *Desenvolvimento econômico, Incubadoras, Cooperação Universidade-Empresa.*

### ABSTRACT

*The paper presents a theoretical essay based on the literature on innovation, entrepreneurship and business incubators that shows, from the perspective of different authors, that there is a relationship between these concepts when seeking to promote economic development. Addressing these issues involves the necessary cooperation between universities and the enterprises so that the knowledge developed in the universities actually reaches the market. The article aims to address how business incubators may leverage economic development in Brazil. The study is exploratory and qualitative. Secondary data from the Technical Report from ANPROTEC - Brazilian Association of Science Parks and Business Incubators - and the MCT&I - Ministry of Science and Technology Innovation - were used. The results of the paper show that it is possible to generate employment and income, as well as economic development, by encouraging the creation of business incubators.*

**Keywords:** *Economic development, incubators, university-industry cooperation.*

### 1. INTRODUÇÃO

Quando o tema desenvolvimento econômico é abordado há uma tendência a vincular o tema às questões de emprego e renda ou o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como indicadores de sua evolução. A abordagem deste artigo é trazer temas como inovação, empreendedorismo e incubadora de empresas para o centro da discussão sobre desenvolvimento econômico<sup>1</sup> no Brasil, o que remete a uma visão mais ampla do

<sup>1</sup> Para Schumpeter (1985), o crescimento econômico aconteceria apenas com o crescimento da renda *per capita*, enquanto o desenvolvimento envolveria transformações políticas e sociais. Bresser Pereira (2006) argumenta

conceito de desenvolvimento. Existe uma série de políticas, diretrizes e ações governamentais para fomentar a ciência e tecnologia no país com o intuito de alavancar a geração de inovações e desencadear desenvolvimento econômico como consequência destas iniciativas.

Dentro deste contexto, a questão de pesquisa proposta é como as incubadoras criadas no Brasil têm contribuído para promover desenvolvimento econômico? Para responder essa questão de pesquisa, o artigo tem por objetivo analisar a contribuição das incubadoras para alavancar o desenvolvimento econômico no Brasil. O artigo apresenta conceitos de Inovação, empreendedorismo, Triple Helix e incubadoras de empresas. Esta última vista como elemento com potencial para alavancar o desenvolvimento econômico de uma região e estimular a geração de novos negócios, bem como de postos de trabalho.

Partindo das políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, o artigo apresenta e discute as iniciativas desenvolvidas ao longo dos últimos anos e como a criação de incubadoras tem contribuído para o crescimento econômico, bem como para a geração de emprego e renda para a sociedade. O artigo está dividido em 5 seções, a saber: inovação, empreendedorismo e desenvolvimento econômico; incubadoras de empresas; Método; Resultados encontrados; Considerações finais; e Referências bibliográficas.

## **2. INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, COOPERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Para o desenvolvimento deste artigo, são necessárias as definições dos principais conceitos que permeiam os objetivos, quais sejam: inovação, empreendedorismo e desenvolvimento econômico sob a ótica da Triple Helix. Para Betz (1998, p. 4) “Inovação é a introdução de um produto, processo ou serviço novo no mercado. A inovação resulta de uma exploração comercial do conhecimento no mercado. Os benefícios econômicos da invenção ocorrem a partir da inovação”.

Tidd, Bessant e Pavitt (1997) apresentam a inovação como algo inerente ao produto, ao processo, à estrutura e às pessoas. São as pessoas que geram a inovação dentro de uma organização. O Manual de Oslo (OECD, 2005) aborda a inovação como sendo de produto, processo, marketing e organizacional.

No contexto econômico, a inovação é vista como um dos elementos essenciais para a competitividade das empresas. De acordo com a OCDE (2005), a inovação pode ser entendida como a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, um processo, um novo método de marketing ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas da empresa.

Conforme afirma Maciel (2001), a inovação, que deve ser entendida em um sentido amplo - tecnológico e social - tornou-se objeto-chave para a Ciência Social, bem como para as políticas e estratégias de desenvolvimento. Esta autora afirma que não existe inovação sem produção, acumulação e distribuição do conhecimento.

Bruno Latour (2000) traz uma reflexão interessante sobre o processo inovativo, ao entender que ele deve se desenvolver a partir de ações estratégicas dos indivíduos inseridos no processo de inovação. Assim, quem inova precisa tanto controlar o contexto social em que se dá a prática da inovação quanto se adaptar a ele. Se quem produz inovação não tiver autonomia não terá condições de realizar inovações importantes.

Partindo do princípio que inovação só existe a partir das pessoas, uma das formas de desenvolver inovação é obter desenvolvimento por meio do empreendedorismo. Quando se aborda o tema empreendedorismo, o conceito se refere, em princípio, ao indivíduo que empreende, cria e inova, mas é preciso considerar o ambiente e o próprio processo de empreendedorismo. Para Kuratko e Hodgetts (2001), empreendedorismo é um processo que envolve inovação e criação de um novo risco, considerando dimensões como indivíduo, organização, ambiente e o próprio processo. Este pode ser ajudado por uma rede colaborativa que envolve governo, educação e instituições. Todas as possibilidades devem ser consideradas na busca e reconhecimento de oportunidades e ideias passíveis de transformação em produto que possibilite a competitividade dentro do mercado (Kuratko e Hodgetts, 2001).

---

que não há a possibilidade de existir desenvolvimento sem que a produção e a renda média se expandam. Para ele, o desenvolvimento econômico se caracteriza pelo processo de crescimento sustentado da renda ou valor adicionado por habitante, que resulta na melhoria do padrão de vida da população e decorre tanto da acumulação de capital quanto da incorporação de conhecimento à produção.

No entendimento de Dolabela (1999, p. 43), “o empreendedorismo é utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividade, seu universo de atuação”. O empreendedor é a pessoa que se dedica à geração de riqueza, transforma conhecimento em produto ou serviço, gera seu próprio conhecimento e inova em áreas específicas (Dolabela, 1999).

Corroborando com estes autores, Filion (2000) identificou elementos de diferentes áreas que permitissem conceituar diferentes correntes de empreendedorismo. A primeira corrente é a dos economistas que associam o empreendedor à inovação. O empreendedor é alguém que inova e é agente de mudança. A segunda corrente é a dos comportamentalistas que enfatizam as atitudes de um empreendedor dentro de uma organização, sua criatividade e sua intuição na condução das ações. A corrente comportamentalista está voltada para o intraempreendedor ou empreendedor corporativo.

Dentro do conceito de intraempreendedor, na década de 1980, Pinchot já apresentava esta vertente para o empreendedorismo. Um intraempreendedor é um indivíduo que atua como empreendedor em grandes organizações. Do ponto de vista da organização, os benefícios de um intraempreendedor são: introdução e produção de novos produtos, processos e serviços que tornam a empresa, como um todo, apta para crescer e gerar resultados (Pinchot, 1985, p. xv).

Numa outra denominação, Cornwall e Perlman (1990) definem o colaborador empreendedor. Segundo estes autores, o colaborador empreendedor é aquele que trabalha dentro de uma organização complexa. Ele está presente em todos os níveis da organização, desde um colaborador de chão de fábrica, passando pelo cientista de pesquisa e desenvolvimento, líder de equipe nos níveis mais baixos ou gerente de alto nível.

Partindo da abordagem de Kuratko e Hodgetts (1995), é possível associar o conceito, também, para a empresa que propicia um ambiente favorável para que seus colaboradores possam desenvolver sua criatividade e gerar inovações.

Segundo Barbieri (2007), organização inovadora é a que consegue produzir novidades em bases sistemáticas e chega aos resultados esperados. Quando o autor pensa em bases sistemáticas se refere a inovar com autonomia, intencionalidade e proatividade. Este tipo de organização deve inovar permanentemente.

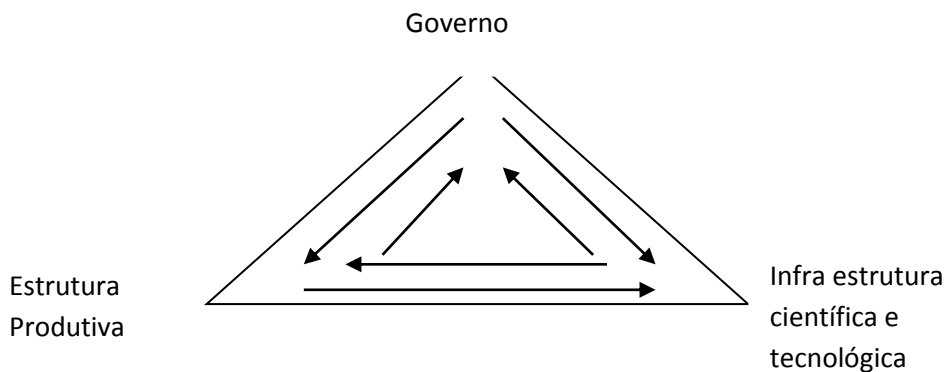
Outra definição de empreendedorismo é de Santiago (2009, p. 87):

O ato de empreender não significa apenas criar propostas, inventar produtos ou processos, produzir teorias, engendrar melhores concepções e oferecer valores positivos e construtivos para a sociedade. Significa concretizar maneiras de produzir e distribuir riquezas por meio de ideias, conhecimentos, teorias, artes e filosofia.

Outra abordagem para o empreendedorismo é aquela associada diretamente com novas tecnologias. Guimarães e Azambuja (2010) discutem outro conceito que é o empreendedorismo tecnológico. Este tipo de empreendedorismo é estimulado pelo avanço das tecnologias da informação e da comunicação, que responderia aos desafios do contexto contemporâneo. Os autores entendem que este tipo de empreendedorismo cresce no Brasil e destacam que também houve expansão em outros países, como China e Canadá. Um dado destacado pelos autores é que em 2008 havia 8.500 empresas de software no país. Segundo a ABES (Associação Brasileira de Empresas de Software), o mercado doméstico de Tecnologia da Informação, que inclui hardware, software e serviços, movimentou, em 2013, 61,6 bilhões de dólares, o que representou 2,74% do PIB brasileiro e aproximadamente 3% do total de investimentos de Tecnologia da Informação realizado no mundo.

A inovação é considerada elemento chave para o desenvolvimento econômico. Na primeira metade do século XX, em 1916, Schumpeter propôs algumas formas de inovação: a introdução de um novo produto ou a mudança de alguma característica em um produto já existente; um novo processo de produção numa determinada indústria; a entrada ou criação de um novo mercado; o desenvolvimento de uma nova fonte de fornecedores de matéria prima; e mudanças na própria organização industrial (Schumpeter, 1988). Deste modo, para Schumpeter ao se empreender há a possibilidade de inovar e criar uma radical transformação de um determinado setor ou mesmo de um ramo de atividade e assim o empreendedor consegue propiciar desenvolvimento econômico. Para Schumpeter, o empresário é o elemento chave que gera inovação através da sua criatividade para superar os momentos de crise. É na crise que os inovadores se destacam e sobrevivem, gerando um novo patamar de desenvolvimento.

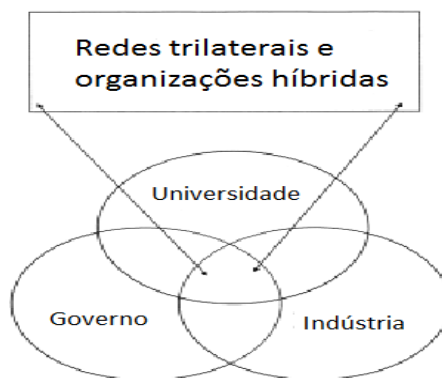
Como forma de estimular o desenvolvimento econômico, recorre-se ao modelo do Triângulo de Sábato que propõe o crescimento da economia a partir de três eixos inter-relacionados: governo; infra estrutura científica e tecnológica; estrutura produtiva. O governo deve promover a inovação através de políticas públicas que estimulem a cooperação entre infra estrutura científica e tecnológica (academia que produz tecnologias que podem ser absorvidas pelo mercado) e estrutura produtiva (empresas que necessita de inovação para sobreviver no mercado) (Sábato e Botana, 2007). Ver Triângulo de Sábato na figura 1.



**Figura 1** – Triângulo de Sábato  
**Fonte:** Sábato e Botana (2007 p.7)

Uma abordagem mais moderna do Triângulo de Sábato é a proposta da Triple Helix de Etzkowitz e Leydesdorff (2000). Cada hélice representa um agente importante no processo de desenvolvimento econômico, quais sejam: indústria, academia e governo.

No Modelo da Triple Helix, os três agentes (governo, universidade e empresa) ocupam posição de igualdade hierárquica. As relações estabelecidas podem ocorrer entre cada agente da hélice; cada hélice pode exercer influência sobre a outra; relações entre as hélices de forma bilateral ou trilateral; efeito cíclico envolvendo os três agentes sobre as instituições sociais e até sobre a própria ciência. Segundo estes autores, o processo de cooperação entre esses agentes deve ser dinâmico e interativo promovendo crescimento para todos os elementos envolvidos. O Modelo da Triple Helix pode ser visualizado na figura 2.



**Figura 2:** Modelo da Triple Hélice  
**Fonte:** Etzkowitz e Leydesdorff (2000 p. 111).

Leydesdorff (2012) aprimora o conceito da Triple Helix, mostrando que a cooperação entre os três eixos (governo, empresas e instituições de pesquisa) deve ser sistêmica. Os três atores devem interagir e trabalhar de forma conjunta, pois o processo de criação, geração de inovação e desenvolvimento deve ser contínuo, dinâmico e em rede, dando movimento ao que anteriormente era visto como um modelo estático com interações unilaterais ou bilaterais, apenas.

Silva e Andrade Junior (2012) afirmam que a relação da universidade com a sociedade está relacionada com a transformação de cientistas, professores universitários, ou alunos de pós-graduação em possíveis jovens empresários, a partir da introdução neles de um espírito empreendedor que os permita criar estratégias em um mercado de ampla concorrência.

No entendimento de Porto (2000) a cooperação entre universidades, institutos de pesquisa e empresas é uma maneira de juntar potencialidades e oportunidades, com isso, busca-se reduzir as dificuldades que as empresas encontram para ter desenvolvimento tecnológico.

Recentemente, o mercado tecnológico tem despertado um aumento no interesse dos ambientes socioeconômicos e político, incluindo empresas, governo, agências de desenvolvimento, investidores e a comunidade acadêmica. Vê-se neste mesmo período, e propaga-se nos dias de hoje, certa mudança na forma de apoio que as multi-esferas da economia têm designado para o mercado tecnológico. Com o objetivo de melhorar o ambiente competitivo e desenvolver mais o poderio tecnológico do país, esforços consideráveis têm sido feitos para que tal ramo mercadológico se desenvolva, e nesse contexto surgem a implementação e o desenvolvimento de incubadoras de empresas.

### 3. INCUBADORAS DE EMPRESAS

Ao abordar-se o tema desenvolvimento econômico, um dos elementos importantes é a incubadora de empresas. No Brasil, o movimento para estímulo e criação de incubadoras de empresas teve início nos anos 1980 e vem sendo estimulado até a atualidade.

De acordo com a ANPROTEC (2014), Incubadoras de empresas são entidades promotoras de empreendimentos inovadores. A incubadora tem por objetivo oferecer suporte aos empreendedores para o desenvolvimento e transformação de ideias inovadoras em empreendimentos de sucesso. As incubadoras podem ser de diferentes tipos, dependendo do tipo de empresa que abriga: tradicional; tecnológica; cultural; agroindustrial; social; prestação de serviços; ou mista, que abriga mais de um tipo de empresa.

Neste sentido, Silva e Andrade Junior (2012, p. 45) definem que:

A incubadora de empresas é um mecanismo que estimula através da formação complementar do empreendedor, a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, sejam elas industriais, de prestação de serviços, de base tecnológica ou de manufaturas leves.

Al-Mubarak e Busler (2011) argumentam que os objetivos principais das incubadoras de empresas são o desenvolvimento econômico local, a reestruturação industrial, além da transferência de tecnologia, da inovação e da criação de novas empresas. Diversas prefeituras e governos estaduais no Brasil, progressivamente, criam suas próprias incubadoras.

No que se refere aos benefícios das incubadoras, Silva e Andrade Junior (2012, p. 45) destacam:

(...) as incubadoras de empresas oferecem benefícios, não só para as empresas incubadas, mas também para outros agentes envolvidos nesse processo. Por exemplo, para as empresas incubadas ocorre criação de sinergia entre a empresa e o cliente, facilidade de acesso ao capital tecnológico, etc. Para o governo, a incubadora ajuda a superar as falhas do mercado; gera empregos, renda e impostos; e se torna uma demonstração do compromisso político para pequenas empresas. Para os institutos de pesquisa e universidades, a incubadora ajuda a fortalecer as interações entre a universidade e a indústria, oferece oportunidades a alunos e professores para empregarem suas habilidades.

Não se pode deixar de mencionar que as incubadoras são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social e cabe ao Poder Público, estabelecer mecanismos para a criação, a ampliação e o aperfeiçoamento das incubadoras.

Na discussão sobre incubadoras é interessante pensar que ela pode criar uma outra ordem econômica e social, além de uma lógica de longo prazo, diferente daquela manifestada no mundo atual baseada no curto prazo através do capital financeiro. Para isto, vale se basear na teoria de Touraine (2011), em um recente livro “Após a crise: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais”. Touraine argumenta que vivemos um momento histórico em que os atores sociais perdem sua importância em um mundo em que a economia produtiva é suplantada pela economia especulativa, que tem relação com o processo de crise intensificado na Europa e nos EUA a partir de 2008. Ele ainda menciona que há uma separação da economia do restante da sociedade, além da vitória do capital financeiro sobre a economia real. Mas este desdobramento pode fazer surgir atores sociais que possam enfrentar esta crise e criar um projeto de longo prazo. Pode-se dizer que as incubadoras e os empreendedores por elas acompanhados podem ser estes novos atores que podem criar uma

outra cultura econômica e um novo projeto de desenvolvimento para a sociedade. Duas interessantes reflexões de Touraine sobre isto:

A situação de crise que no início do século XXI domina a economia mundial, e que em grande medida é devida ao desenvolvimento descontrolado do capitalismo financeiro, é bastante desfavorável ao desabrochar de um novo modelo de sociedade. [...] Neste contexto, a reconstrução social, que deve facilitar a primazia da ação de novos atores, é de fato bloqueada pela crise e pela diminuição massiva dos recursos. A crise em si mesma não facilita a modernização do campo político e social; é o inverso que é verdadeiro. (Touraine, 2011, p. 123-124).

Para entrar no novo mundo, urge dar vida àqueles atores que, por um lado, determinam a consciência coletiva de ser parte integrante do mesmo momento histórico, e por outro, sublinham a vontade de cada indivíduo de defender sua identidade própria, sua diferença. (Touraine, 2011, p. 66).

Pensando a partir de Touraine pode-se entender que as incubadoras estão entre os mecanismos que podem ajudar as sociedades a superar as crises econômicas e sociais e assim criar uma rota de desenvolvimento econômico. Sobre a crise vivenciada pelas diversas economias, tanto de países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, Touraine (2011) argumenta que ela cria obstáculos à formação de uma nova sociedade, bem como de novos atores econômicos, além de ser uma espécie de ‘pane’ da sociedade capitalista e que coloca em risco o próprio funcionamento da sociedade, além de gerar uma separação entre o mundo econômico e o mundo social. “Uma crise tão grave quanto esta que enfrentamos não pode ser desvinculada da análise das transformações econômicas que introduziram desequilíbrios, enfraquecendo alguns e enriquecendo outros” (Touraine, 2011, p. 98).

Esta crise do mundo contemporâneo tem como um dos seus efeitos mais cruéis o aumento significativo do desemprego, assim pode-se refletir que incubadoras podem gerar novos negócios, novas empresas, novos empregos e conseqüentemente diminuir os efeitos da crise econômica em que o Brasil e outros países estão inseridos. Sobre este momento de crise, Touraine (2011, p. 121) ainda afirma que: “Pela primeira vez na história, o mundo da produção, dos bancos e das tecnologias é separado do mundo dos atores. Estes não podem mais, portanto, ser definidos por suas funções ou por seus status na vida econômica.”

Outro elemento relevante é que pela análise de Touraine a superação da crise pode se dar pela criação de uma nova vida social que estabeleça formas novas de organizar a sociedade, menos voltadas para o lucro e o curto prazo e mais voltadas para mais direitos e a valorização de projetos de longo prazo. As incubadoras, por exemplo, podem ser um dos mecanismos criados em novos projetos governamentais de longo prazo, que vão criar um novo tipo de vida econômica e social sem que se espere os dias para a catástrofe final. “Não se trata de optar entre o presente e o passado, mas entre uma série de crises e um projeto de construção de novas relações sociais e novas instituições” (Touraine, 2011, p. 196).

#### 4. MÉTODO

O estudo é do tipo exploratório (Triviños, 1997) e de caráter qualitativo (Moresi, 2003). Trata-se de um ensaio teórico com base na literatura sobre inovação, empreendedorismo, parques tecnológicos e interação universidade-empresa.

Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimentos para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental (Triviños, 1987).

Segundo Moresi (2003) a pesquisa qualitativa é frequentemente usada quando há necessidade de se analisar dados não numéricos sobre determinado tema. Esse tipo de pesquisa é particularmente usado para determinar o que é realmente útil e importante para a composição de um estudo. É usado também para identificar a extensão total de respostas ou opiniões que existem em um mercado ou uma população.

O estudo exploratório teve por finalidade identificar ações e resultados que demonstrem as contribuições das incubadoras de empresas para o desenvolvimento econômico.

Foram utilizados dados secundários a partir do Relatório Técnico da ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimento Inovadores - e dados estatísticos do MCT&I – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Para analisar os dados foi utilizada a técnica de análise documental. Para Bardin (1995), a análise documental objetiva dar forma conveniente e representar de outro modo a informação, por intermédio

de procedimentos de transformação. Para atender ao objetivo proposto neste artigo, a utilização da análise de documentos permitiu a busca e interpretação das informações contidas nas obras pesquisadas.

## 5. RESULTADOS ENCONTRADOS

Para entender a complexidade da relação universidade empresa e identificar aspectos que mostrem as contribuições do conhecimento desenvolvido nas universidades para o desenvolvimento econômico, é necessário que se considere a Lei de Propriedade Industrial (Lei de Patentes) nº 9.279/1996, a Lei da Inovação nº 10.973/2004 e a Lei do Bem nº 11.196/2005 que foram criadas para dar suporte às ações que promovam a interação universidade-empresa e, conseqüentemente, promovam o desenvolvimento econômico.

Além disso, torna-se necessária a busca de dados secundários de órgãos e entidades reconhecidos no Brasil como representantes institucionais dos parques tecnológicos e incubadoras de empresas, como é o caso da ANPROTEC e de órgão governamental de instância federal como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT&I). Estes órgãos e entidades orientam, fiscalizam e fomentam projetos voltados para o incremento da ciência e da tecnologia no Brasil por meio da transferência de conhecimento para o mercado. As análises a seguir são baseadas na legislação sobre inovação e em dados destas entidades.

As iniciativas para estimular que o conhecimento gerado dentro das universidades tenha uma destinação além da publicação de artigos em periódicos de relevância internacional começam com a criação da Lei de Propriedade Industrial nº 9.279/96 (Brasil, 1996), também conhecida como Lei de Patentes.

Esta Lei define patente como um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da matéria protegida pela patente (Brasil, 1996). O título de propriedade tem validade de 20 anos. Durante este período, o inventor tem liberdade para desenvolver a tecnologia, que muitas vezes foi desenvolvida a partir de pesquisa realizada em laboratórios das universidades, em uma inovação. Entenda-se que a inovação é uma invenção que teve potencial para gerar uma tecnologia que encontrou valor no mercado.

Na prática, o processo de patenteamento é lento e muito burocrático o que faz com que muitos pesquisadores desistam do patenteamento e permaneçam apenas gerando publicações e contribuindo para o estado da arte. O que acontece em muitos casos é que esta prática de publicações em periódicos reconhecidos internacionalmente expõe todo o trabalho desenvolvido pelo pesquisador nas universidades públicas brasileiras. Como fora do Brasil existe uma cultura de que a inovação é investimento, muitas empresas buscam o estado da arte em eventos internacionais ou periódicos reconhecidamente classificados e, como a invenção não está protegida, se apropriam da mesma e patenteiam ou usam internamente para desenvolver ou aprimorar seus produtos.

No ambiente acadêmico, os pesquisadores não têm essa visão e acabam, sem querer, por disponibilizar sua produção intelectual e perdem a propriedade intelectual e industrial de um resultado de pesquisa que, na maioria das vezes, precisou de anos para ser desenvolvida.

A partir da Lei de Propriedade Industrial, intensificou-se, no âmbito do governo federal, a discussão de políticas que viabilizassem a proteção da produção de conhecimento e estimulasse a sua transferência para a sociedade. Para proteger esse conhecimento era necessário conhecer o que existia de ciência e tecnologia no Brasil. Em 2001, é lançado o Livro Verde, um documento que mapeou as condições estruturais e de resultados, bem como laboratórios e necessidades de investimento nas diversas áreas do conhecimento no Brasil.

O Livro Verde serve como uma das principais bases para os debates da Conferência Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo em vista a elaboração de Diretrizes Estratégicas, com o horizonte temporal até 2010. Diretrizes, neste sentido, constituem orientações de ordem geral, formuladas dentro de princípios realistas, e comprometidas com as necessidades nacionais; estratégicas são elas, por se pautarem pela capacidade de planejamento, visão de futuro e de projeto nacional, com foco claro e voltado para resultados (Brasil, 2001, p. 8).

O Livro Verde é uma referência obrigatória para pesquisadores, empresários e gestores públicos que têm interesse no tema ciência, tecnologia e inovação (Brasil, 2002).

Tendo como base o Livro Verde, em 2002, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação lança o documento Livro Branco que compila as diretrizes estratégicas traçadas pela Conferência Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Livro Branco tem por objetivo consolidar um sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação para o país e tem como horizonte o ano de 2012.

O Livro Branco tem por objetivo apontar caminhos para que Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) possam contribuir para a construção de um país mais dinâmico, competitivo e socialmente mais justo. Para tanto, é necessário formar e consolidar, em um ambiente estimulante e indutor da inovação, um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação cuja base científica e tecnológica seja internacionalmente competitiva, ampla, diversificada e nacionalmente distribuída. Deve abranger as aplicações sociais e a participação dos setores público e privado (Brasil, 2002, p. 21)

Documentos como o Livro Verde e o Livro Branco apontam que o governo federal, independente de partido político, vem desenvolvendo ações voltadas para o desenvolvimento econômico do país a partir do estímulo para que a ciência e a tecnologia existentes possam gerar inovações. Estas inovações estão diretamente associadas ao empreendedorismo no Brasil seja pelo estímulo e fomento à criação de parques tecnológicos e incubadoras como programas para a geração de empresas *startups* ou *spin-offs*.

Por *startups* entenda-se a geração de novas empresas por empreendedor individual e *spin-offs* empresas que nascem a partir de pesquisas desenvolvidas em laboratórios das Instituições de Ciência e Tecnologia – ICT.

Após a definição das diretrizes para o incremento da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil, tornou-se necessária a criação de uma lei que regulamentasse as questões relacionadas à inovação no Brasil e que servisse de suporte para a relação da universidade com o mercado e como consequência estimulasse o desenvolvimento econômico. É neste contexto que foi criada a Lei da Inovação – nº 10.973/2004.

A Lei da Inovação “estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do país, nos termos dos arts. 218 e 219 da Constituição” (Brasil, 2004, p.1).

A Lei de Inovação define todos os agentes envolvidos no processo de interação da universidade com o mercado, caracterizando os principais elementos do sistema de inovação, no que diz respeito à universidade, tais como: agência de fomento; criação; criador; inovação; Instituição Científica e Tecnológica – ICT; Núcleo de Inovação Tecnológica; instituição de apoio; pesquisador público; inventor independente.

Como a Lei de Inovação aborda a interação sob a perspectiva das universidades, fica uma lacuna no que se refere ao âmbito do mercado e os possíveis benefícios que uma empresa recebe ao estabelecer uma parceria com a universidade.

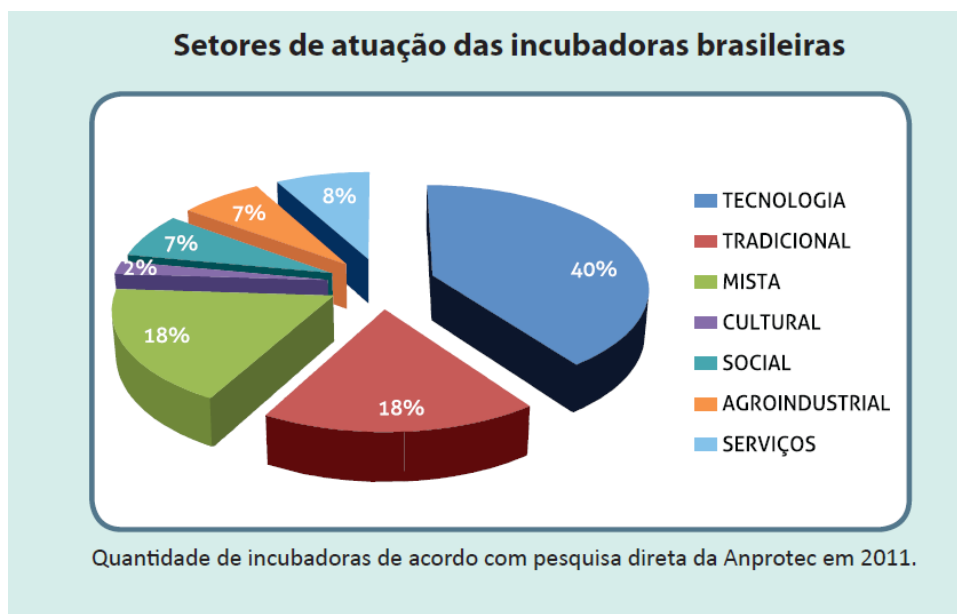
É neste contexto que o governo estimula e conquista a criação da Lei nº 11.196/2004 conhecida como Lei do Bem que dispõe sobre incentivos fiscais para as empresas que realizam atividades de P&D em busca de inovação tecnológica. Entre os benefícios estão: redução do valor de impostos pagos, como o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro; redução de 50% de Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), incluindo equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos ou outros bens que se destinem à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico (Brasil, 2005).

Para que haja crescimento econômico, é necessária a interação entre os 3 pilares do desenvolvimento econômico da teoria schumpeteriana, ou seja, universidade, governo e mercado devem estar alinhados e dispostos a desenvolver novas tecnologias. Para promover essa interação e desenvolver uma triple helix é necessário que as políticas de ciência, tecnologia e inovação se estabeleçam, no Brasil. Desta forma, é possível se perceber um Sistema Nacional de Inovação composto por diferentes agentes econômicos, políticos e sociais que atua para a promoção do desenvolvimento econômico do país.

O estudo desenvolvido pela ANPROTEC em parceria com o MCT&I também mostra dados relevantes para a proposta deste artigo. A figura 3 mostra a distribuição de setores das incubadoras.

A distribuição dos setores mostra uma multiplicidade de áreas de atuação das incubadoras. Existe um percentual significativo de atuação na área de tecnologia que indica a possibilidade destas empresas nascentes serem oriundas de universidades, já que as incubadoras tem papel importante na articulação da triple helix, estimulando novos negócios a partir dos laboratórios das universidades.





**Figura 3:** Setores de atuação das Incubadoras no Brasil

**Fonte:** ANPROTEC (2012, p.5)

Outro ponto importante é seu papel econômico e social enquanto geradora de novas empresas que vão criar novos empregos no mercado e aumentar a renda da sociedade. O quadro 1 mostra o cenário das incubadoras de empresas no Brasil no que se refere à criação de empresas, geração de empregos e renda.

**Quadro 1 - Incubadoras em números no Brasil**

Totais para 384 incubadoras	
Empresas incubadas	2.640
Empresas graduadas	2.509
Empresas associadas	1.124
Empregos nas empresas incubadas	16.394
Emprego nas empresas graduadas	29.205
Faturamento das empresas incubadas	R\$ 532.981.680,00
Faturamento das empresas graduadas	R\$ 4.094.949.476,92

**Fonte:** ANPROTEC (2012, p.6)

Os dados do quadro 4 mostram que 2.509 empresas existentes no mercado são oriundas de incubadoras de empresas e que, atualmente, existe 2.640 empresas incubadas que poderão se instalar no mercado em curto espaço de tempo. O número de empregos gerados também é significativo se for considerado o número de empresas que nasceram de incubadoras. Os resultados mostram que existe retorno econômico a partir do fomento para a criação de incubadoras que possibilitam a criação de novas empresas que vão disponibilizar produtos no mercado. Uma parte destes produtos desenvolvidos em incubadoras são resultados de pesquisas desenvolvidas dentro das universidades.

Outro resultado importante é apresentado na figura 5. Esta figura apresenta os tipos de instituições que criam incubadoras. De acordo com a ANPROTEC (2012), as universidades são as instituições que mais promovem a criação de incubadoras. Isso também mostra que as universidades começam a perceber seu papel no cenário do desenvolvimento econômico. Além de formar profissionais e pesquisadores, as universidades podem estimular a criação de novos empreendimentos a partir do conhecimento desenvolvido nos laboratórios. Entre os objetivos das incubadoras criadas por universidades e instituições de pesquisa destacam-se: dinamização da economia local, criação de *spin-offs* e geração de emprego e renda.

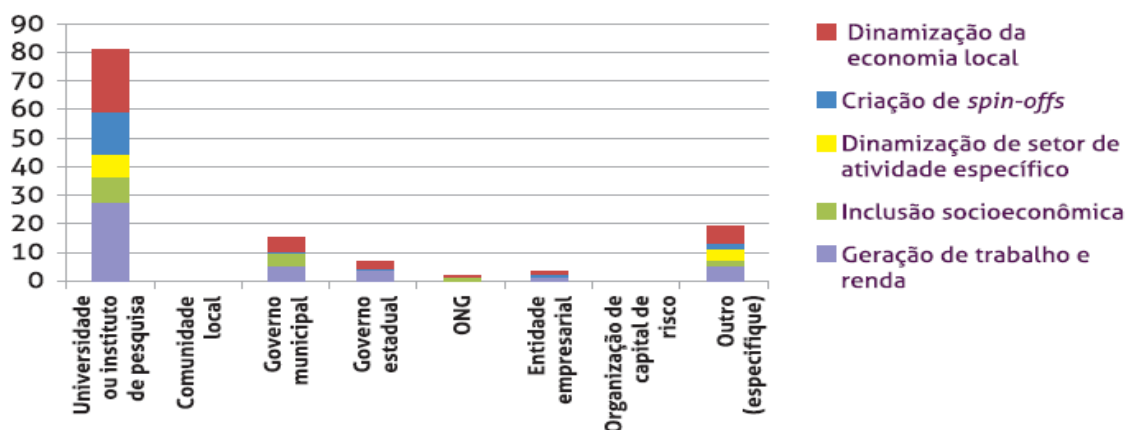


Figura 5: Tipo de instituição de vinculação da incubadora, conforme seus objetivos.  
 Fonte: ANPROTEC (2012, p.12).

Outro resultado significativo para a questão do desenvolvimento econômico é sobre a origem da captação dos novos empreendimentos das incubadoras. Entre as 384 incubadoras que participaram da pesquisa, 70% delas captam novos empreendimentos na região de sua localidade. Dado que reforça a importância das incubadoras para a promoção do desenvolvimento econômico de sua região.

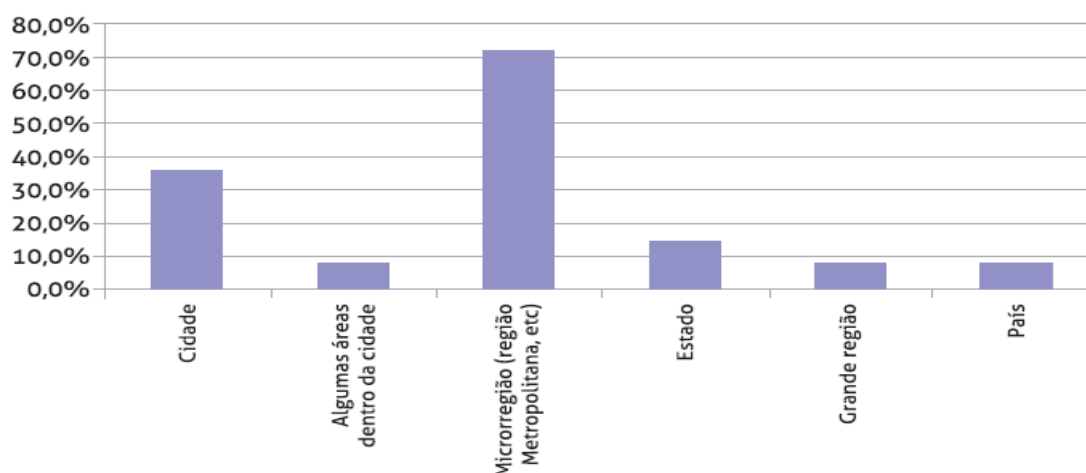


Figura 6: Principais áreas de captação de empreendimentos  
 Fonte: ANPROTEC (2012, p. 15)

Quando observa-se o foco das empresas incubadas nas incubadoras pesquisadas, 58% delas estão focadas em desenvolvimento de novos produtos ou processo originado de pesquisa científica e tecnológica oriunda dos laboratórios de pesquisa das universidades e instituições de pesquisa.

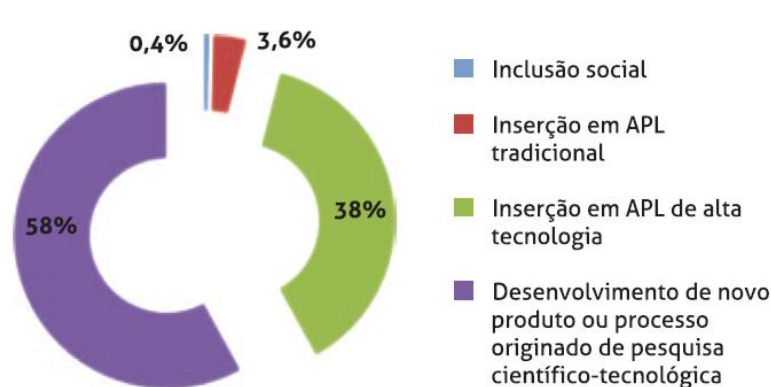


Figura 7: Foco das empresas incubadas  
 Fonte: ANPROTEC (2012, p. 16)

Segundo a teoria de desenvolvimento econômico de Schumpeter (1988), a incubadora de empresas é um elemento fundamental para o desenvolvimento do empreendedorismo e estímulo à criação de novos negócios que venham suprir novas necessidades ainda não percebidas pelo mercado.

Na perspectiva de Sábato (1967), a incubadora de empresas é um importante elemento de ligação entre universidade e empresa que permite a transferência da ciência desenvolvida na universidade em tecnologia que tenha utilidade e valor econômico para o mercado.

De acordo com a proposta da Triple Helix de Leydsdorf (2012), a incubadora de empresas é um elemento que permite a dinâmica entre as hélices do sistema econômico.

Ao buscar-se a perspectiva de Touraine (2011), pode-se considerar que a incubadora de empresas, independente do tipo de empresa que abriga, é um importante elemento que pode dar uma alternativa nova de rota ao desenvolvimento econômico do Brasil. Para este autor, a incubadora de empresas pode ser um instrumento que permita aos empreendedores encontrar oportunidades em momentos que o mercado se encontra em crise.

Portanto, respondendo a questão inicial deste artigo, o estímulo à criação de empresas via empreendimento de incubadoras é uma forma de disponibilizar o conhecimento desenvolvido dentro das universidades para gerar emprego, renda e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a discussão do artigo percebeu-se a relevância da análise do conceito de inovação e de empreendedorismo na promoção do desenvolvimento econômico no Brasil, especialmente com a utilização de incubadoras de base tecnológica. Existe uma grande importância da adoção de ferramentas como as incubadoras de empresas de base tecnológica para a geração de emprego e renda no país. Deste modo, estimular a criação de incubadoras significa criar condições diferenciadas para o desenvolvimento local e a geração de emprego e renda nos municípios.

Assim, destaca-se também que o empreendedorismo no Brasil depende da política de cooperação entre empresas e universidades. O conceito de Triple Helix é importante para que as políticas de ciência, tecnologia e inovação elaboradas no Brasil possam contribuir para a consolidação de um Sistema Nacional Inovação.

Desta forma, o conhecimento desenvolvido dentro das universidades pode ser absorvido pelo mercado em forma de novas tecnologias, novos produtos e novos processos que se caracterizam como inovações. Esse conhecimento pode se transformar, também, num novo negócio que vai gerar emprego e renda para a sociedade onde ela estiver inserida.

Respondendo a questão de pesquisa inicial deste artigo, existem vários caminhos para que o conhecimento das universidades contribua para o desenvolvimento econômico da região onde estão inseridas. Porém, a incubadora de empresas é um importante mecanismo para promover o desenvolvimento econômico. Para isto, se torna fundamental que todos os agentes nas universidades sejam estimulados para desenvolver projetos de empreendedorismo e inovação.

As incubadoras são elementos para desconstruir a cultura do curto prazo baseada na economia especulativa e criar projetos de longo prazo que gerarão desenvolvimento econômico e social e que serão fundamentais nas estratégias governamentais para que países como o Brasil alcancem uma posição competitiva em nível internacional. Assim, as incubadoras têm condições de estimular e expandir a relação entre universidade e empresa e propiciar a construção de empresas e de profissionais mais preparados para competir no mercado e construir uma sociedade com mais desenvolvimento econômico e social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AL-MUBARAKI, A. M.; BUSLER, M. The development of entrepreneurial companies through business incubator programs. *Journal of Emerging Sciences*, p. 95-107, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.ijes.info/1/2/4254125.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2014
- ANPROTEC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES; MCT&I - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Estudo, Análise e Proposições sobre as Incubadoras de Empresas no Brasil: relatório técnico. Brasília : ANPROTEC, 2012. Disponível em <[http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/Estudo\\_de\\_Incubadoras\\_Resumo\\_web\\_22-06\\_FINAL\\_pdf\\_59.pdf](http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/Estudo_de_Incubadoras_Resumo_web_22-06_FINAL_pdf_59.pdf)> .acesso em 24 ago. 2014.

- ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. Disponível em <http://www.anprotec.org.br> Acessado em 17 ago.2014.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**. Unicamp, Campinas – SP, volume 25, nº 87, maio/ago. 2004.
- BARBIERI, J. C. Organizações inovadoras sustentáveis. In: BARBIERI, J. C., SIMANTO, M. **Organizações inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.
- BENEDETTI, Mauricio Henrique e TOKKOMIAN, Ana Lúcia Vitale. **Análise da influência da cooperação universidade-empresa sobre a inovação tecnológica**. In: Gest. Prod., São Carlos, v. 18, n. 1, 2011.
- BRASIL, Lei de Propriedade Industrial nº 9.279, de 15 de Maio de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 maio 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm) . Acesso em: 09 mai. 2014.
- BRASIL. **Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira – Livro Verde**. Coord.: Cylon Gonçalves da Silva; Lúcia Carvalho Pinto de Melo. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.
- BRASIL. Lei de Inovação nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 dez. 2004.
- BRASIL. Lei do Bem nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPE, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 out. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm) . Acesso em: 09 ago. 2014.
- BRASIL. **Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de Desenvolvimento Econômico. São Paulo: FGV, 2006.
- CASTRO, Maria Helena de Magalhães. Universidade e Inovação: configurações institucionais e 3ª missão. In: **Caderno CRH**, Salvador, vol. 24, nº 63, set/dez 2011.
- CDT - CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO; MCT&I - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Estudo de Projetos de Alta Complexidade: indicadores de parques tecnológicos. Brasília: CDT/UnB, 2013. Disponível em <[http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0228/228606.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0228/228606.pdf)>, acesso em 24 ago 2014.
- DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. São Paulo : Cultura Editores Associados, 1999.
- DORNELAS, J.C.A. Análise da administração estratégica em uma incubadora de empresas. I Encontro sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas; **Anais do...** Maringá – PR (out.), 2000b.
- DORNELAS, J.C.A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. São Paulo: Campus, 2001. 299 p.
- DRUCKER, Peter. **Inovação e Espírito Empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 1987.
- ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. **Research Policy**, Purchase, 2000, pp 109–123. Disponível em: <http://www.chss.uqam.ca/Portals/0/docs/sts8020/%2820%29Etzk-Leides.Triple.Helix.pdf> . Acesso em: 05 maio 2014.
- FILION, Louis Jacques. O empreendedorismo como tema de estudos superiores. In: INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL. **Empreendedorismo: ciência, técnica e arte**. Brasília: CNI/IEL Nacional, 2000.
- GUILLÉN, M. **The limits of convergence: globalization and organization change in Argentina, South Korea and Spain**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.
- GUIMARÃES, Sonia M. K. e AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Empreendedorismo high-tech no Brasil: condicionantes econômicos, políticos e culturais. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 25, nº 1, jan/abril 2010.
- HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Entrepreneurship: starting, developing, and managing a new enterprise**. 2nd edition. Boston: IRWIN, 1992.
- KURATKO, Donald; HODGETTS, Richard M. **Entrepreneurship: a contemporary approach**. Mason, Ohio: South-Western, Thomas Learning, 2001.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**. São Paulo: UNESP, 2000.
- LEITE, E. **O Fenômeno do Empreendedorismo Criando Riquezas**. Recife, Editora Bagaço, 2000.
- LEYDESDORFF, L. **The triple helix of university-industry-government relations**. In: CARAYANNIS, Elias e CAMPBELL, David. **Encyclopedia of creativity, innovation and entrepreneurship**. New York: Springer, 2012.
- LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e auto gestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº 25, set/dez 2010.
- MACIEL, Maria Lucia. Hélices, sistemas, ambientes e modelos: os desafios à Sociologia da Inovação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001.

- MANELLA, Bruna Fontoura Pieri. **Fatores de atratividade de empresas inovadoras para parques tecnológicos**. USP: Ribeirão Preto, Dissertação de mestrado, 2009.
- MCT. **Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2002.
- MORESI, E. **Metodologia da pesquisa**. Universidade Católica de Brasília, 2003.
- OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2004.
- PINCHOT, G. **Intrapreneuring**. New York: Harper and Row, 1985.
- POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2001.
- PORTO, G. S. A decisão empresarial de desenvolvimento tecnológico por meio da cooperação empresa-universidade. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- ROESCH, S. M. A. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- SÁBATO, J.; BOTANA, N. La ciencia e la tecnologia en el desarrollo futuro de América Latina. **Revista de Integración de América Latina**, Bueno Aires, Ar , re-impreso por Tecale 2007. Disponível em: [http://tecale.org/documCurso/POCI\\_Sabato-Botana\\_Unidad\\_3.pdf](http://tecale.org/documCurso/POCI_Sabato-Botana_Unidad_3.pdf) . Acesso em 05 mai. 2014.
- SANTIAGO, Eduardo Girão. Vertentes históricas sobre empreendedorismo em Schumpeter, Weber e McClelland: novas referências para a Sociologia do Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, UFC, vol. 40, nº 02, 2009.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 3 Ed. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova cultural, 1988.
- SILVA, Cylon Gonçalves e MELO, Lúcia Carvalho Pinto de. (Org). **Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira – livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia / Academia Brasileira de Ciências, 2001.
- SILVA, Fabiany Manfron Gomes & ANDRADE JÚNIOR, Pedro Paulo. Incubadoras de empresas e o desenvolvimento econômico e tecnológico. **Revista de Engenharia e Tecnologia**. Volume 4, nº 3, dez. 2012.
- The World Bank**. Disponível em <http://www.worldbank.org> Acessado em 16/07/2013.
- TOURAINÉ, Alain. **Após a crise**: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- ZOUAIN, Desirée Moraes; TORRES, Luciana Silva. A suposta modernização das relações de trabalho nas incubadoras de empreendimentos. **Caderno Ebare.br**, vol.3, nº especial, Rio de Janeiro, 2008.